

“A consagrada família”: a revista *Veja* e a construção de lugares tradicionais de gênero, família e infância (1968-1976)

“*The consecrated family*”: *Veja magazine and the construction of traditional places of gender, family and childhood (1968-1976)*

Anelise Rodrigues Machado de Araujo
Mestranda, PPGH-UDESC
anelise.hst@gmail.com

Resumo: A historiografia recente aponta que se consolidou no Brasil, no decorrer do século XX, determinado olhar sobre os núcleos familiares, em especial sobre os usos do tempo por “mães”, “pais” e “filhos”. Na idealização das constituições familiares – ora renegando, ora reforçando – os periódicos impressos tiveram sua contribuição. Este trabalho analisa a reportagem de capa da edição nº 77 da revista *VEJA*, de 25 de fevereiro de 1970 e intitulada *A consagrada família*. Deste modo, pretendo analisar as representações sociais veiculadas nesta matéria quanto às expectativas em torno daquilo que se consideravam modelos ideais de família e de relações de gênero e de geração.

Palavras-chave: História. Família. Infância. Gênero.

*Abstract: The recent historiography shows that was consolidated in Brazil during the XX's century, a certain way to see the familiar nucleus, in special about the time use by “mothers”, “fathers” and “sons”. Under the familiar constitution idealization – sometimes denying, sometimes reinforcing - the periodical press gave their contribution. This paper analyses the cover report in the 77th edition of *VEJA* magazine, of February, 25th of 1970 and entitled “*A consagrada família*” (“*The consecrated family*”). So, this paper was intended to analyse the social representations published in this report regarding the expectations about what were considered ideal family models and gender and generation relationship.*

Keywords: History. Family. Childhood. Gender.

Com o título *A consagrada família*¹, em fevereiro de 1970 a revista *VEJA* estampou sua capa e preencheu oito de suas páginas com uma matéria que visava debater o que estava acontecendo com as famílias brasileiras. Ou melhor, com “a família” brasileira. Baseando-se na concepção de que haveria um formato ideal de constituição e distribuição das atribuições entre os membros de cada núcleo familiar, *VEJA* dedicou espaço para essa questão um mês

¹ Revista *VEJA*. Número 77, 25 de fevereiro de 1970, p. 54.

após o polêmico Decreto-Lei Nº 1.077, sancionado em 26 de janeiro de 1970², pelo presidente Emílio Garrastazu Médici.

O Decreto-Lei Nº 1.077/70 fixava a censura prévia aos meios de comunicação para evitar a circulação de publicações que eram consideradas um ataque à moral e aos bons costumes, inclusive no caso de produções vindas do estrangeiro. No início de seu texto, lê-se: “CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade; (...)”. Deste modo, se por um lado a instituição da censura prévia era bem recebida pela parcela da população que defendia os valores de uma moralidade conservadora como prerrogativas inestimáveis para a manutenção do que consideravam “família”, por outro lado o Decreto-Lei instituído no governo Médici foi alvo de duras críticas que geraram um complemento à lei. Segundo a análise de Sandra Reimão,

A incisiva reação contra o estabelecimento da censura prévia para livros e publicações em geral levou o governo a recuar e a publicar uma nova Instrução para a Portaria 11-B; “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes”. (REIMÃO, 2009, p. 02)

A Portaria 11-B foi instituída em 6 de fevereiro daquele ano, após manifestações de todo país. A própria reportagem de *VEJA* explicita essa reação quando afirma que o Decreto-Lei Nº 1.077/70 havia sido “atacado imediatamente por escritores, artistas, jornalistas (o decreto instituiu a censura prévia para os periódicos brasileiros) e mesmo por Gustavo Corção (...)”³. Gustavo Corção foi um dos primeiros nomes citados na matéria, reconhecido como “velho defensor da moral religiosa”⁴.

Apesar disso, houve quem concordasse com a instituição da censura prévia, conforme previa tal Decreto-Lei. A reportagem cita a senhora Lucia Fagundes de Toledo Piza, presidente da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, a qual teria afirmado que “sem censura no teatro, televisão, cinema e publicidade, não haverá salvação; sem providências

² BRASIL. Decreto-Lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153 § 8º, parte final, da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, DOU.

³ Revista *VEJA*. Número 77, 25 de fevereiro de 1970, p. 55.

⁴ Revista *VEJA*. Número 77, 25 de fevereiro de 1970, p. 54.

contra a educação sexual exagerada e a liberdade prematura dos jovens, também não”⁵. E Dona Lucia não estava sozinha: *VEJA* apresenta ainda Dona Lalá Fernandes, *Uma mineira de 600 anos*⁶. Este título do trecho da reportagem dedicado à Dona Lalá explicita de pronto o tradicionalismo de sua família. De acordo com a matéria:

Hoje, com 62 anos, presidente da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (nomeada por Costa e Silva) e da Associação de Donas de Casa, ela luta contra “os anarquistas, os marxistas de agora, que querem destruir a família, desmoralizar a Igreja”. Contra essa ameaça, todas as armas de dona Lalá estão preparadas.⁷

A reportagem de *VEJA* entrevistou o então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, o qual discorreu sobre a pressão exercida por camadas da sociedade brasileira, inclusive da Igreja Católica, que levou o governo a sancionar tal decreto. Segundo declaração do Papa João Paulo IV, o erotismo estava se disseminando pelo mundo de forma desenfreada e isso representava uma ameaça à dignidade cristã. Essa constatação da Igreja Católica se referia principalmente à ampliação dos meios de comunicação, que difundiam mensagens consideradas insidiosas aos valores da família.

Além da pressão do discurso religioso, o Ministro Buzaid apresentou outro motivo para o governo ter decretado a censura prévia: era uma questão de segurança nacional. O Ministro concordava com Dona Lalá sobre a onda de difusão do erotismo ser uma estratégia de ação do comunismo. Conforme averiguou a matéria de *VEJA*, “na opinião dos militares, o erotismo, do ponto de vista político, desempenha o mesmo papel da subversão, em outra frente”⁸. Por isso, o Ministro Buzaid acreditava que o Decreto-Lei Nº 1.077/70 serviria para impedir o avanço das idéias comunistas no território brasileiro, considerando-as irreversivelmente nocivas às famílias por pregarem “(...) o amor livre para desfibrar as resistências morais de nossa sociedade”⁹.

Outro militar, General-de-Divisão Moacir Araújo Lopes, é citado pela revista como um dos apoiadores das ações do Ministro Buzaid para coibir as práticas consideradas subversivas à moralidade. Assim, “Para o general, só há uma forma de barrar a maré crescente

⁵ Revista *VEJA*. Número 77, 25 de fevereiro de 1970, p. 60.

⁶ Revista *VEJA*. Número 77, 25 de fevereiro de 1970, p. 57.

⁷ Revista *VEJA*. Número 77, 25 de fevereiro de 1970, p. 57.

⁸ Revista *VEJA*. Número 77, 25 de fevereiro de 1970, p. 55.

⁹ Revista *VEJA*. Número 77, 25 de fevereiro de 1970, p. 55.

de erotismo: fazer retornar a educação brasileira às suas fontes religiosas que o positivismo do século passado aboliu quando instituiu o ensino laico”¹⁰. O retorno da pregação das idéias religiosas era tomado como um elemento fundamental para o sucesso do discurso anticomunista. A prevenção e combate ao comunismo no Brasil foram tomados pelos governos militares como premissa básica para manutenção da ordem nacional.

Conforme observa Michel Goulart da Silva, “de forma geral, pode-se definir como matrizes para o anticomunismo no Brasil, entre outras, o catolicismo e o nacionalismo” (SILVA, 2011). Em *A consagrada família* é possível perceber o entrelaçamento desses três discursos (anticomunista, católico e nacionalista) sendo utilizado pela ditadura militar para defender um formato ideal de família a ser implementado no país. Na matéria veiculada pelo jornal *O Globo* sobre a “Marcha da família, com Deus, pela liberdade”, poucos dias antes da instauração do governo militar, já era possível perceber a difusão dessa confluência discursiva:

As entidades que promovem a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade instituíram volantes dizendo que o movimento é de caráter cívico-religioso, destinado a reafirmar os sentimentos do povo brasileiro, sua fidelidade aos ideais democráticos e seu propósito de prestigiar o regime, a Constituição e o Congresso. Manifestando frontal repúdio ao comunismo ateu e antinacional.¹¹

Neste contexto, o Decreto-Lei Nº 1.077/70 é um dos vestígios de como a norma familiar burguesa foi concebida por parte dos brasileiros como um projeto de sociedade. Os debates acerca da implementação do Decreto demonstram a apropriação da perspectiva de que a família se constitui como um canal entre o Estado e o indivíduo. Essa noção, gestada no Brasil a partir do final do século XIX, idealiza a participação de mulheres, homens, idosos e crianças em suas constituições familiares e, para isso, prescreve um conjunto de práticas.

Na prescrição das práticas recomendáveis, a dedicação integral da sociedade e da família, especialmente da figura materna, para melhor educar suas crianças são os fundamentos dessa representação social. Além disso, a norma familiar burguesa define a função de cada membro da família nuclear, atribuindo à mãe o zelo pelo desenvolvimento das crianças, garantindo a educação dos filhos e sua (conseqüente) preparação para o trabalho,

¹⁰ Revista *VEJA*. Número 77, 25 de fevereiro de 1970, p. 56.

¹¹ Jornal *O GLOBO*, 28 de março de 1964. Disponível em:
< <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/41.pdf> >.

enquanto os pais deveriam ser os provedores, exercendo a figura pública e economicamente ativa da família. Às crianças, bastaria estudar, brincar e preparar-se para o futuro (AREND, 2007).

Segundo Jurandir Freire Costa, a partir do final do século XIX o Estado brasileiro passou a intervir no cotidiano das famílias, no intuito de promover essa idealização de norma familiar (COSTA, 2004). Por norma familiar burguesa, compreende-se que se caracteriza pela presença de um conjunto de práticas e valores, indicados pela historiadora Silvia Maria Fávero Arend:

(...) composição pai, mãe e filhos; presença do amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação aos filhos; a sexualidade do casal deve ser pautada pela prática da monogamia e pelo heteroerotismo; à mulher caberia a administração do mundo doméstico e a maternagem das crianças, enquanto o homem tornaria o provedor, atuando no âmbito público; as relações de parentesco entre os membros da família seriam construídos a partir de dois eixos, isto é, consangüinidade e afetividade. (AREND, 2007, p. 275)

Contudo, a questão central da norma familiar burguesa não está somente nas características atribuídas aos sexos e às faixas etárias no interior das relações, mas nos desdobramentos sócio-culturais que se produzem a partir deste mecanismo de funções socialmente naturalizadas. Aqui, cabe frisar que tanto o “sexo” quanto as “faixas etárias” são construções históricas, datadas.

Na matéria veiculada pela revista *VEJA*, a constituição familiar é historicizada e a família do período colonial é condenada devido a suposta “falta de amor” entre seus membros (pai, mãe e prole). A explícita menção ao ideal de família do século XX, o da norma nuclear burguesa, está presente no discurso dos governantes da época como uma vitória social a ser permanentemente alcançada pelo país. Os esforços do Estado no decorrer do século para inserir as classes populares nessa lógica são, portanto, revelados pela investigação jornalística de *VEJA*.

Assim, a reportagem expunha uma dessas “novidades” percebida no século XX ao afirmar que “cada vez mais, porém, a família tende a se restringir ao casal e seus filhos. O indivíduo, para sobreviver, não depende mais de sua posição na hierarquia da família

patriarcal e sim de sua renda individual, salarial ou não”¹². Neste contexto, decretava:

A família conjugal triunfa no Brasil. No entanto, é exatamente essa família de marido, mulher e filhos que estaria sendo ameaçada a ponto de o governo se ver obrigado a tomar providências para defendê-las. Com efeito, que outro tipo de família poderia substituir a família conjugal?

A família conjugal era, portanto, um núcleo familiar baseado em um casamento entre um homem e uma mulher. A atribuição de modos ideais de usos do tempo em cada núcleo não se dirigia somente a homens e mulheres em idade adulta, mas também a meninos e meninas. De acordo com o estudo de Rosa Maria Hessel Silveira e Cláudia Amaral dos Santos, desde pequenas as crianças deveriam ser ensinadas a se comportarem *de acordo* com seu “sexo”. Essa *concordância* é elaborada a partir dos lugares tradicionais de gênero e, para as autoras,:

“Fazer ‘coisas’ diferentes” – seguramente essa tem sido uma das fronteiras mais persistentes e identificadoras dos gêneros em diversas culturas, ainda que as lutas feministas e pelos direitos das mulheres, desde a primeira metade do século XX, venham se esforçando para derrubá-la. Nada de inesperado aconteceu, portanto, ao encontrarmos, em numerosos textos infantis, a marcação de diferença de gênero entre meninos e meninas, através da atribuição de ações diferenciadoras entre os dois grupos. (SANTOS, 2004, p. 270)

Portanto, as “coisas de meninas” e as “coisas de meninos” são construções sociais que operam dentro da lógica binária (masculino/feminino) de acordo com os discursos que diferenciam os gêneros. Apesar do excesso cometido pelas autoras - afinal, em se tratando de relações de gênero no século XX não se pode afirmar que “nada de inesperado aconteceu” – a análise de que o movimento feminista passou a questionar a existência das identidades de gênero converge com diversos outros estudos sobre o tema. Sobre a inserção da categoria “gênero” como um campo de análise e uma categoria transversal, Carla Pinsky afirma que “a História das Mulheres adquiriu expressão a partir década de 1970, inspirada por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia, entre as quais, a ênfase em temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos “excluídos””

¹² Revista *VEJA*. Número 77, 25 de fevereiro de 1970, p. 57/60.

(PINSKY, 2009, p. 160). Já Durval Muniz de Albuquerque Junior critica a historiografia que se preocupou em incluir as mulheres na história, mas que para isso “opôs o ser mulher ao ser homem como duas realidades distintas homogêneas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 21).

Logo, constata-se que a construção de lugares tradicionais de gênero atua na prescrição de identidades de gênero. O cerne dessa questão não se trata simplesmente de diferenciar as pessoas, mas de atribuir identidades que diferenciam hierarquicamente as pessoas. Ao passo que institui o “ser homem” e o “ser mulher” as identidades atribuídas aos gêneros definem o que deve ser próprio de cada um, e definem também os espaços preenchidos por cada um no interior das relações de poder. Logo, esse é um dos motivos pelos quais “gênero” é uma categoria que emerge na historiografia a partir do diálogo com movimentos sociais e intencionalidades políticas.

Deste modo, destacam-se algumas produções historiográficas, como a de Linda Nicholson (NICHOLSON, 2000), que apontam que o “sexo” é também uma construção social; e não só o “gênero”. Criticando a abordagem de Joan Scott e se baseando em Judith Butler e Thomas Laqueur, Nicholson questiona a premissa de que o gênero seria a forma cultural/social constituída sobre o sexo biológico. Neste sentido, a concepção de corpo bissexuado, produto do desenvolvimento dos estudos de anatomia e medicina dos séculos XVIII-XIX, auxiliaram na instituição da identidade sexual, na medida em que o saber médico foi legitimado como discurso científico e dotado de “verdade”. Contudo, Thomas Laquer tem o cuidado de observar que a diferença sexual foi criada no mundo ocidental *apesar* das novas descobertas, e não devido a elas (LAQUEUR, 2001. p. 207).

Sobre os usos e discursos dessas identidades atribuídas, Durval Albuquerque Junior aponta que a norma familiar burguesa requisita certa concentração de responsabilidades para as mães, “cujo exercício da maternidade vai se tornando cada vez mais importante e exigido por toda uma série de discursos que para ela se dirigiam”. Deste modo, a maior atenção dedicada às crianças, conforme defende também Jurandir Costa, deveu-se principalmente à redução do tamanho da família, abandonando o modelo extenso como ideal. Assim, a crescente valorização da infância decorria da instauração da idéia de que as crianças seriam o futuro das famílias.

Na historiografia, além dos estudos das relações de gênero são também recentes os trabalhos que tomam a infância como um objeto de estudos. Considerada uma obra inaugural,

Philippe Ariès lançou *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime* em 1973. Em sua primeira edição brasileira, de 1981, a obra foi chamada de *História Social da Criança e da Família*. Nela, Ariès apresenta a infância como uma construção social (ARIÈS, 2006) e, segundo Jeanne Marie Gagnebin, como uma noção relativamente nova (GAGNEBIN, 1997). De acordo com Gagnebin, “sua emergência é geralmente localizada no século XVIII, com o triunfo do individualismo burguês no Ocidente e de seus ideais de felicidade e emancipação” (GAGNEBIN, 1997, p. 169).

O questionamento da noção de infância, proposto inicialmente por historiadores e historiadoras de origem francesa, hoje se faz presente também na historiografia brasileira. Na década de 1980, logo após a chegada de *História Social da Criança e da Família*, o Brasil vivia intensos debates para tentar solucionar aquilo que se concebia como os “problemas dos menores”. Tais debates, que giravam basicamente em torno da garantia de direitos, estão intimamente associados à emergência do campo de estudo no país, pois acreditava-se que aos historiadores e historiadoras caberia a tarefa de propor interpretações de caráter histórico sobre os processos vivenciados, sobretudo, pelas crianças pobres urbanas e rurais ao longo do século XX (AREND, 2007).

A emergência desses questionamentos permite desnaturalizar e, deste modo, perceber a historicidade dos discursos. Se o conjunto de prescrições que incidem sobre a família, especialmente sobre pais e mães, são produtos da expectativa de futuro que se creditava às crianças, tais expectativas são construídas em conjunção com a representação social de uma infância a ser protegida. Por isso, esperava-se que as crianças fossem tratadas de acordo com o ideal de infância que se disseminava pelo país, principalmente no que se referia às referências educacionais.

Um dos principais consensos que a norma burguesa tenta estabelecer na sociedade brasileira do século XX é o de que toda criança deve ter acesso à educação. Segundo Philippe Ariès (ARIÈS, 2006), a relação quase indissociável entre infância e educação tornou a disciplina um fator essencial para que o processo educacional pudesse ser completado com êxito. Além disso, ao estar imbuída de disciplina, a criança estaria num processo de se tornar cada vez mais apta a vir a ser mão-de-obra e, ainda mais, menos propícia a questionar a ordem estabelecida. Deste modo, Alfredo Veiga-Neto sugere que se trate dos corpos infantis como inseridos numa dimensão não somente individual, mas também política (VEIGA-NETO, 2000). O poder disciplinar age para adequar à norma e, assim sendo, acaba naturalizando

percepções que facilitam sua própria ação.

Sobre as políticas de disciplina aplicadas sobre os corpos nas sociedades ocidentais, a perspectiva estudada e construída por Michel Foucault sugere uma periodização que pode ser dividida em três fases, situadas entre os séculos XVIII e XX (FOUCAULT, 1986, p. 275). A chamada biopolítica prevê que, em um primeiro momento, os saberes considerados científicos averiguam e condenam determinadas práticas sociais consideradas inadequadas. Num segundo momento, um conjunto de ideais é enunciado para tentar solucionar o que se caracterizavam como problemas sociais. Finalmente, há a instauração de instituições públicas e privadas para intervir diretamente na dinâmica social. Segundo Jacques Donzelot, tais instituições podem ser compreendidas a partir da mesma lógica da polícia, “não no sentido restritivamente repressivo que lhe atribuímos atualmente, mas segundo uma acepção mais ampla englobando todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação” (DONZELOT, 2001, p. 12).

Em *O Vocabulário de Foucault*, de Edgardo Castro, é possível conhecer a concepção de Foucault para a biopolítica (CASTRO, 2009, p. 59-60). Castro apresenta algumas premissas para se compreender o conceito a partir do conjunto de obras foucaultianas, tais como a relação entre biopolítica e liberalismo, que considera ambos indissociáveis, e a racionalização dos problemas sociais colocados para o governo. Se a disciplina incide sobre corpos, Foucault acredita que a biopolítica tem como objeto o corpo múltiplo, a população. A técnica da gestão da população estaria, pois, centrada na biopolítica.

Deste modo, pode-se considerar que, pela perspectiva foucaultiana, a biopolítica assegura a arte liberal de governar. Assim, a partir do século XVIII, a prática governamental fará uso dos poderes que agem sobre as populações, tais como a disciplina, para geri-las conforme seus interesses majoritários. Tal premissa converge com a análise de que a implementação da ordem social capitalista-burguesa na nascente República brasileira estava diretamente vinculada com a emergência da norma familiar burguesa, a qual, por sua vez, afirmava que as mulheres deveriam se dedicar com desvelo ao ambiente doméstico para assegurar o bem-estar da família, afinal as crianças precisavam de cuidados diferenciados que as tornassem aptos ao trabalho no futuro. Segundo a historiadora Ivonete Pereira, “a preocupação com as crianças e os adolescentes pobres, como um problema presente e futuro, foi construída historicamente em um momento bem marcante na sociedade brasileira, ou seja, o momento da mudança do regime político e do sistema de produção” (PEREIRA, 2009, p.

50).

Se Michel Foucault definiu o conceito de biopolítica, filósofos e historiadores posteriores a ele, como Giorgio Agamben, tem se dedicado ao aprofundamento de seus estudos. O filósofo italiano concedeu à biopolítica uma nova abordagem ao relacioná-la ao Estado de Exceção, o qual, num processo acelerado pós-Primeira Guerra Mundial, teria se tornado regra. As considerações de Agamben sobre a biopolítica podem ser conhecidas em sua tetralogia intitulada *Homo Sacer*, sendo o lançamento do primeiro volume datado de 1995 (AGAMBEN, 2010). O crescimento do volume de produções do pensamento político acerca desse conceito explicita a estruturação de campos emergentes de pesquisa no interior das ciências humanas e sociais.

A ampliação do campo da História Política está intimamente ligada ao alargamento das fronteiras que definiam o campo político. A História Política, por muito tempo considerada uma história dos regimes políticos, centrada em grandes acontecimentos e personagens notáveis, passou a ser renegada quando a *École des Annales* enalteceu os estudos sociais e econômicos. O capítulo redigido por Jacques Julliard, *A política*, o qual consta na obra *História: novas abordagens* (JULLIARD, 1988), permite constatar por quais referências a História Política foi analisada por aquela corrente historiográfica. No livro organizado por Pierre Nora e Jacques Le Goff, historiadores da terceira geração da *École des Annales*, Julliard qualifica a História Política como psicológica, elitista, biográfica, qualitativa, narrativa, idealista e ideológica. E conclui: “(...); em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual” (JULLIARD, 1988, p. 181).

Segundo Janaína Hilário, ao passo que a História Política foi deixada de lado, ocorreu sua renovação. Para a autora, essa renovação está relacionada com a ampliação da noção de poder proposta por Michel Foucault na década de 1970 (HILÁRIO, 2006, p. 144), especialmente através de *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1986). Deste modo, “a história política passou a ser vista como o estudo do poder” (HILÁRIO, 2006, p. 144). Conforme propõe Rémond, outros elementos influenciaram essa revisão historiográfica, tais como a percepção de que a História Política não deveria ser reduzida às questões de Estado e de instituições (RÉMOND, 2003, p. 23).

Essa compreensão sobre a ampliação da noção de poder é fundamental para que se assimile por que os estudos de gênero têm se firmado como estudos das *relações* de gênero,

considerando esta categoria sempre relacional. Baseada nas teorias pós-estruturalistas, a contribuição de Joan Scott é, sem dúvidas, o exemplo mais conhecido. Conforme aponta Joana Maria Pedro:

Assim, diferentemente do que Robert Stoller tinha proposto – ou seja, de que gênero era o sexo social/cultural e sexo se referia à biologia –, para Joan Scott gênero é constituído por relações sociais: estas estavam baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, por sua vez, constituíam-se no interior de relações de poder. (PEDRO, 2005, p. 86)

Neste sentido, a renovação da História Política e a reformulação da noção de poder viabilizaram que os historiadores se ativessem a construção de outros campos de estudos no interior da disciplina, tais como os de biopolítica. Além disso, influenciaram a emergência da chamada História do Tempo Presente. Segundo Agnès Chauveau e Phillippe Tétart, “o retorno do político desempenhou, pois, científica e intelectualmente, um papel essencial na afirmação da história do presente” (CHAUVEAU, 1999. p. 7-37). Essa História Política renovada, baseada nas questões que tangenciam as relações de poder e que havia emergido em um processo de demanda social, estaria em contato direto com as sensibilidades gestadas durante o período pós-Segunda Guerra Mundial. Partindo de uma necessidade de compreensão do presente e do passado recente, aquele momento teria exigido da História sua própria revisão.

Deste modo, diversos trabalhos foram produzidos sobre o pós-guerra já nos anos 1960 e 1970. Em 1978, a partir da iniciativa de historiadores franceses, cria-se o *Institut d'Histoire du Temps Présent*, em Paris. É neste contexto que Pierre Nora escreve o capítulo *Retorno do acontecimento*, publicado no primeiro tomo da obra *Fazer história* (NORA, 1977). Neste ensaio, enquanto muitos autores abordam a presença do historiador em seu tempo como uma implicação negativa para a construção da História do Tempo Presente, Pierre Nora interpreta essa presença como uma oportunidade. Através dela, o historiador pode sublinhar no acontecimento uma parte não factual. Segundo Nora, o acontecimento revela mais que traduz, provoca mais que é – “a sua significação absorve-se na sua repercussão” (NORA, 1977, p. 256). Logo, “a imediatividade torna de fato a decifração de um acontecimento ao mesmo tempo mais fácil e mais difícil. Mais fácil porque surpreende repentinamente, mais difícil porque repentinamente tudo comunica” (NORA, 1977, p. 257).

As mídias apresentam-se, então, como um dos principais meios pelos quais os

acontecimentos tocam os sujeitos sociais. Por isso, tem sido utilizada pela historiografia do tempo presente como uma fonte documental privilegiada. Produto e produtora de construções sociais, as mídias participam da elaboração da memória social e, assim como todo documento, são envolvidas por subjetividades. Ao perceber as subjetividades da mídia impressa, é preciso que a pesquisa histórica se debruce não somente sobre o que está impresso, mas também sobre os poderes que puseram tais assuntos em pauta e retiraram outros. Segundo Michel Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008, p. 10). Assim, o discurso midiático se constitui enquanto estratégia no âmbito das relações de poder.

Uma ausência percebida na matéria *A consagrada família* foi a figura da historiadora e do historiador, tratando do tema ao lado de outras vozes consideradas científicas e consultadas por *VEJA*. Enquanto conta com entrevistas concedidas por um psicanalista, um sociólogo, uma socióloga e um antropólogo, profissionais da área da História não foram requisitados/as pela reportagem, apesar desta ter no corpo de seu texto uma produção de caráter histórico que buscava explicações para os “rumos” das famílias brasileiras através de suas “origens”. Frisando que “(...) existe um divórcio profundo entre as opiniões daqueles que analisam o problema a partir de uma perspectiva política ou moral e as opiniões dos técnicos – que acreditam na experimentação e nos métodos científicos, seu principal instrumento de trabalho”¹³, a reportagem incitou o debate entre o saber científico e as doutrinas religiosas e de cunho conservador.

A empreitada dessa reportagem, de contrapor os olhares sobre a difusão de obras com menções explícitas e/ou implícitas às práticas sexuais e suas possíveis influências sobre o ideal de família – além de discutir ao que remetia essa idealização dos grupos familiares – deve ser reconhecida como integrante do projeto editorial que buscava alavancar as vendas da revista. Segundo Maria Fernanda Lopes Almeida, *VEJA* causou enormes prejuízos à Editora Abril em seus primeiros anos, o que fez com que diversas reformulações editoriais fossem testadas por sua equipe para tentar fazer com que agradasse o público leitor/consumidor. As novas formas de apuração e produção das notícias foram integradas ao padrão de redação que a revista estabeleceu. Considerando que precisava ter o respaldo de que falava “a verdade” para vender, *VEJA* implementou um modelo de jornalismo periódico que buscava fontes

¹³ Revista *VEJA*. Número 77, 25 de fevereiro de 1970, p. 60.

divergentes e as enunciava em seus textos.

Ademais, não se pode desconsiderar que esse desprestígio ao campo da História na reportagem de *VEJA* talvez se deva ao próprio estado da arte da disciplina naquele momento. Os estudos da História da Família, da Infância e das Relações de Gênero estavam sendo gestados nas Universidades brasileiras no início da década de 1970. Fortemente influenciados pela historiografia estrangeira, mas também impulsionados por movimentos sociais, esses campos vem se percebendo como categorias transversais nos estudos históricos. No entanto, segundo Luzinete Simões Inella, “embora a expansão e a consolidação dessas teorias e desses estudos tenham se intensificado nas últimas décadas, são raras ainda as iniciativas que investem analiticamente nas intersecções entre gênero e infância” (INELLA, 2006).

Neste sentido, cabe ressaltar que a produção historiográfica é, portanto, datada e especificamente localizada nos suportes utilizados pelas historiadoras e historiadores. Conforme afirma Elias Thomé Saliba, há uma relação indissociável entre a fabricação de Histórias e a fabricação de um olhar sobre a fonte documental que permite ao historiador fabricar tais Histórias (SALIBA, 2009). Outro historiador, Durval Muniz de Albuquerque Junior, também corrobora com esta perspectiva em sua obra *História: A arte de inventar o passado* (ALBUQUERQUE JR, 2007). Segundo Albuquerque, quem elabora a História é partícipe da construção histórica, sendo responsável pela análise e pelo questionamento das evidências e fatos a partir das fontes disponíveis.

Sendo assim, a História é produzida sempre no presente, a partir do ofício dos historiadores e historiadoras. Sobre essa marca do tempo presente na produção histórica, René Rémond ainda acrescenta a função de seleção exercida por profissionais imersos em seu próprio tempo, “(...) o que mostra o quanto é verdade que o historiador de uma época distribui sua atenção entre os diversos objetos que solicitam seu interesse na proporção do prestígio com que a opinião pública envolve os componentes da realidade” (RÉMOND, 2003, p. 15).

Assim, convém observar que a reportagem de *VEJA* sequer menciona questões sociais relacionadas às relações homoafetivas e à interrupção gravidez, temas que tem habitado as grandes pautas jornalísticas no Brasil no tempo presente. O ideal de família discutido por *VEJA* em 1970 é visivelmente heteronormativo, sequer mencionando a existência de casais do mesmo “sexo”. Da mesma forma, apesar da extensão da matéria que tanto tratou de sexualidade, relações de gênero e crianças, inclusive sob a ótica dos projetos de sociedade e governo, a interrupção da gravidez também não é abordada pelas páginas da revista. Além de

se considerar a hipótese de seleção editorial, deve-se refletir sobre a possibilidade dessas serem práticas invisibilizadas pelo discurso jornalístico da época – e, talvez, pela sociedade como um todo.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. História: a arte de inventar o passado. Bauru, SP. Edusc, 2007.

_____. Nordeste: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. Veja sob censura (1986-1976). São Paulo: Jaboticaba, 2008.

AREND, Silvia Maria Fávero. Por uma história da infância no Brasil: desafios e perspectivas. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília; CABRAL, Alcileide. História da infância em Pernambuco. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 19-28.

_____. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). Uberlândia, Caderno Espaço Feminino, v. 17, p. 269-292, 2007.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153 § 8º, parte final, da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, DOU.

CASTRO, Edgardo. O Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.

CHAUVEAU, Agnes e TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e Pensamento. In: _____. Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Imago. 1997. p. 169-183.

HILÁRIO, Janaína Carla S. Vargas. História política – cultura política e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica. História Unisinos. N. 10(2), 2006. p. 142-153.

INELLA, Luzinete Simões. Papéis sexuais e hierarquias de gênero na História Social sobre infância no Brasil. Cadernos Pagu. 2006, n.26, pp. 289-327.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves. 1988. p. 180-196.

LAQUEUR, Thomas Walter. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2001.

NORA, Pierre. O regresso do acontecimento. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. Fazer história: Novos Problemas. Portugal, Bertrand : 1977.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 86. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>.

PINSKY, Carla Bassanezi Estudos de Gênero e História Social. Revista Estudos Feministas, v. 17, n. 1, p. 159-189, Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/17112009-055252pinsky.pdf>>

REIMÃO, Sandra. O Departamento de Censura e Diversões Públicas e a censura a livros de autores brasileiros 1970 -1988. Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2009. Disponível em:

< <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1041-1.pdf>>. p. 2.

RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento: aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tânia de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p.309-328.

SANTOS, Cláudia Amaral; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Gênero e diferença em textos escolares infantis. In: CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristianne Maria Famer.



Produzindo Gênero. Porto Alegre, Sulina, 2004. p. 270.

SCHREINER, Davi Felix; PEREIRA, Ivonet; AREND, Silvia Maria Fávero. Infâncias brasileiras: experiências e discursos. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009

SILVA, Michel Goulart da. O imaginário anticomunista e o golpe civil-militar de 1964. História e-História, v. 05/04, p. 1, 2011. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=364#_edn8>.

VEIGA-NETO, Alfredo. Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola In: Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.